

UM CAMINHO DE VIOLETAS: TRAJETÓRIAS FEMININAS, FILANTROPIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Andréa Ledig de Carvalho Pereira

Universidade Federal Fluminense

E-mail: andrealedig@click21.com.br

Resumo: Violeta Campofiorito Saldanha da Gama (1909-2011), ou apenas D. Violeta, foi assistente social de importância no cenário nacional. Professora primária e de artes em escolas públicas da região, visitadora social e filantropa de destaque na montagem da LBA fluminense. Como diretora da Escola de Serviço Social de Niterói obteve o máximo de reconhecimento político e intelectual. Examinar os caminhos abertos por suas ações filantrópicas em direção ao reconhecimento de direitos sociais e à instituição da rede de proteção social constitui-se a nossa perspectiva, considerando o regular anonimato desses protagonismos na história das mulheres do Brasil.

Palavras-Chave: Mulheres; Filantropia; Direitos sociais.

Abstract: Violet Campofiorito Saldanha da Gama (1909-2011), or just D. Violeta, was a social worker of importance on the national scene. Primary and arts teacher in public schools in the region, social visiting and prominent philanthropist in assembling the LBA Rio. As director of Niterói School of Social Work obtained the maximum political and intellectual recognition. To examine the ways open for his philanthropic actions toward the recognition of social rights and the establishment of social safety net is to our view, considering the regular anonymity that these protagonists in the history of women in Brazil.

Keywords: Women; Philanthropy; Social rights.

Introdução

Nas últimas décadas, estudos sobre a história social das mulheres desenvolvidos no Brasil e fora dele apontam que, a partir de ações filantrópicas e assistenciais, mulheres, especialmente as das classes média e alta, chegam, e com destaque, à esfera pública, onde marcam posição e ganham notoriedade nesse campo de atuação em vários países.

No Brasil, o estado da arte permite reconhecer a presença marcante de mulheres em ações filantrópicas e de assistência social, por contribuições iniciais de Maria Lúcia Mott, Ana Paula Vosne Martins, Maria Martha de Luna Freire e Suely Gomes Costa, dentre outras pesquisadoras. Entretanto, apesar do crescente interesse historiográfico sobre o associativismo filantrópico, os estudos sobre os protagonismos femininos nas ações filantrópicas, tanto no que concerne ao papel que desempenharam na formação de políticas públicas e na luta por direitos sociais, como no tocante aos movimentos de emancipação feminina e profissionalização da assistência, estão ainda em uma zona sombreada da história e, mesmo, num patamar inicial.

Em relação a alguns dos debates em torno da filantropia, certamente deve ser reservado um lugar especial à iniciativa e à contribuição do Projeto *Filantropia e Cidadania no Brasil*, coordenado por Leila Landim, no ISER, entre 1994-1996. De acordo com esta autora, a descoberta ou redescoberta, nos anos 1990, do vasto, diferenciado e tão antigo quanto novo universo das chamadas organizações não governamentais sem fins lucrativos ou associações voluntárias recolocou o tema da filantropia no cerne do debate político e acadêmico do país. Seria a filantropia uma “afirmação da caridade” ou uma “afirmação dos direitos sociais”?

Um desdobramento dessa primeira questão é bastante importante: a diferença entre caridade e filantropia. O artigo *Pobreza & Filantropia: Fernandes Figueira e a Assistência à Infância no Rio de Janeiro (1900-1920)* de Gisele Porto Sanglard (2014) ajudou-me a entender o quanto a caridade, impregnada pelos ideais cristãos, reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza, uma ação abnegada e anônima que, ainda hoje, advém das igrejas cristãs e de suas irmandades – instituições laicas, mas de devoção. Iniciativas no intuito de minimizar o sofrimento alheio, materializam-se, regularmente, através da distribuição de pão, sopa e agasalhos, bem como de movimentos pela manutenção de hospitais, de asilos, de orfanatos, dentre outras ações. A filantropia, de longa data, assenta-se na noção de caridade, mas também inclui a de utilidade social e de dever patriótico. A seu ver, os vestígios de piedade assumem uma versão laicizada perceptível na ação continuada de grupos

e ações coletivas e não mais um ato individual isolado. Através de chás beneficentes ou encontros sociais, a filantropia ganha crescente visibilidade nas práticas das elites na Primeira República.

Contudo, a partir de um certo tempo a precisar, a caridade no Brasil parece não mais bastar como forma de combate à pobreza. Suely Gomes Costa, em seu artigo *Reinações filantrópicas no diário de Alice Dayrell Caldeira Brant*, na obra *Filantropos da Nação* (2015), lembra que o exercício da caridade, vinculado ao dogma cristão e à história da salvação e, conduzido por essa ou aquela iniciativa feminina – comum e individual – como a de D. Teodora, em fins do século XIX, também prossegue e se desdobra na primeira metade do século XX, em várias iniciativas filantrópicas protagonizadas por mulheres.

Ao expor detalhes sobre sofrimentos por penúria, ao suscitar a compaixão e expor meios de aliviá-lo, o diário de Alice Dayrell “traduz, para seu leitor, uma forma de narrativa humanitária, daquela de que se ocupa Laqueur. Esse também é o caso de registros deixados em relatórios de visitas domiciliares, de conferências, de estudos de caso, de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC’s) e outros documentos diversos da Escola de Serviço Social do antigo Estado do Rio de Janeiro, nos anos 40. Eles expõem, antes de tudo, um empenhimento estético sobre o bem e o mal. Ele estará presente nas narrativas de itinerários filantrópicos de D. Violeta Campofiorito.

Nessa experiência feminina de “solidariedade” compartilhada e reconhecida em muitos tempos e lugares, persiste o sentimento de compaixão, descrito por Laqueur (1992, p. 241) como um imperativo moral de ações mitigatórias. Para este autor, a compaixão não se refere à dor da tragédia, pois, diante desta, não há mais nada a ser feito. Entretanto, o sentimento de identidade para com o próximo parece ocorrer diante de um “sofrimento ou morte, que podiam, sob determinadas circunstâncias, ter sido evitado ou mitigado”. É esse o quadro que permite a Suely Gomes Costa e a mim mesma afirmar que, certamente, esse sentimento de compaixão, tão presente nas tradições cristãs, move ações de D. Violeta Campofiorito e de outras mulheres de seu tempo; elas abriram caminhos para protagonismos femininos no campo político das lutas por direitos e pela criação de serviços protetivos.

Violeta irá mover-se em direção à consolidação do campo da proteção social brasileira. Definem-se nele múltiplas possibilidades de construção de novas experiências pessoais e profissionais para as mulheres. Com seu feitio libertário, D. Violeta consolidou iniciativas fundantes de políticas sociais e fez da Escola de Serviço Social de Niterói um lugar de efervescência intelectual e política, viveiro e espaço de sociabilidades de várias gerações de assistentes

sociais fluminenses. Ao longo de sua trajetória profissional, seus discursos e práticas marcam mudanças de ações pertinentes ao chamado maternalismo. Suas iniciativas redefinirão protagonismos de pioneiras do Serviço Social num tempo da emergência das políticas sociais no país. O exercício da atividade assistencial, ainda que apoiado no sentimento “de cuidar”, função feminina de imprecisa matéria política, irá mover essas mulheres a novos lugares, conceitos e novos papéis no campo dos direitos sociais. Nela, contrapoderes femininos serão enunciados num novo maternalismo, o científico, em que a noção de transformação social se imporá a diferentes experiências profissionais. Ao avivar alguns desses traços na trajetória de Dona Violeta, este artigo indica que esse imperativo político se constrói no entrelaçar das esferas pública e privada, sempre presente no universo feminino.

Uma trajetória filantrópica no campo da proteção social

“Estará você preparada...

Para a missão grandiosa de mãe de família?

Para dirigir e administrar sua casa?

Para desempenhar bem o papel que lhe cabe na sociedade?

(Folder da Escola de Serviço Social – 1945. In: Araújo, 1947)

Embebida na atmosfera de progresso e modernidade presente na sociedade brasileira do início do século XX, Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, ou apenas D. Violeta, como se tornou conhecida, atende a esse chamado e inaugura novas frentes de atuação feminina no campo da proteção social. Suas ações se apoiam no sentimento “de cuidar”, compartilhado e reconhecido em diferentes tempos. Essa mesma matéria política irá identificar e imprimir à sua trajetória significados comuns e singulares. Inicialmente pela ação filantrópica, e depois pela formação profissional como assistente social, Violeta Campofiorito propaga conceitos e práticas sociais vinculadas ao cuidar e/ou educar. Ela e muitas mulheres de seu tempo irão circular num campo específico do conhecimento e de exercício do poder feminino: o da assistência.

Nascida em 03 de outubro de 1909, na cidade de Belém do Pará, Violeta é a filha caçula dos quatro filhos (dois homens e duas mulheres) do pintor e arquiteto Pedro Campofiorito, italiano e professor da Escola de Belas Artes de Roma. Veio para o Brasil a convite do governador do Pará para dirigir

os serviços artísticos de Belém do Pará, no princípio do século passado¹. De acordo com Daou (2000), quando já não era mais tempo de viver na ‘Manaus moderna’, a mudança para o Rio de Janeiro foi um dos recursos legítimos de manutenção do prestígio e de consagração de um estilo de vida². Em 1916, a família Campofiorito muda-se para Niterói, na época capital do antigo Estado do Rio de Janeiro, cidade que Violeta adotou para viver e onde consolidou sua trajetória profissional.

A influência artística do pai – que ainda hoje é reconhecido como membro fundador da Sociedade Fluminense de Belas Artes e da Escola Fluminense de Belas Artes e como diretor do Museu Antonio Parreiras – se faz sentir na formação profissional dos quatro filhos do casal: Quirino tornou-se pintor e professor, diretor da Escola de Belas Artes; a irmã Estela, pianista com medalha de ouro; o irmão Orlando, engenheiro; e Violeta, que embora seja reconhecida pela sua atuação no campo da proteção social, também circulou pelo campo das artes, formando -se docente pela Escola Nacional de Belas Artes.

Nessa experiência, encontramos elementos da análise de Hobsbawm (2013) sobre a questão da cultura e gênero na sociedade europeia, entre 1870 e 1914, ao localizar que “foi uma mudança na estrutura da própria burguesia que tornou a cultura uma característica definidora mais central dessa classe e que enfatizou o papel da mulher dentro dela” (HOBBSAWM, 2013,p 134). A cultura se tornará uma marca de identificação de classe. Violeta chegou a lecionar como professora de desenho na Escola Henrique Lage, mas acabou trocando a carreira pelo Serviço Social. A paixão pela arte nunca a abandonou. Nos anos 1950, Violeta adquire um piano para a Escola de Serviço Social de Niterói. Ao seu redor eram realizados os encontros e festas na referida unidade de ensino. Estela, sua irmã, era presença constante nestes eventos. Violeta costumava dizer que essa irmã era pianista, enquanto ela era apenas “pianeira” (CPDOC, 2002).

Em 1928, aos 19 anos, forma-se professora pela Escola Normal, hoje Colégio Estadual Liceu Nilo Peçanha. No ano seguinte, casa-se com o Comandante da Marinha Mercante Eduardo Arnould de Saldanha da Gama, 11 anos mais velho, com quem teve duas filhas.

1 Segundo DAOU (2000) Entre 1880 e 1910 as sociedades amazonenses e paraense vivenciaram um período correlato àquele que se convencionou chamar de belle époque, resultado da riqueza da borracha (ou seringa) e da euforia social daí advinda. “O cenário da belle époque tem nas cidades seu lugar mais expressivo; nelas, alguns espaços eram necessários para que as benesses do progresso fossem plenamente desfrutadas pelos indivíduos das famílias de melhor posição social” (p.50).

2 Os anos de 1910 marcaram internacionalmente o final da belle époque, a Amazônia não estaria isolada. (...) Em 1915, o espetáculo da partida de navio será descrito com pesar em artigo publicado pela revista da Associação comercial do Amazonas. DAOU (2000, p 64).

Na década de 1930, Violeta torna-se atuante no magistério público estadual, onde desenvolveu várias ações de “assistência voluntária” aos alunos: “Eu, no momento em que entrei para a educação na Henrique Lage, comecei a fazer assistência social voluntária. Criei vários conselhos, todo mundo trabalhava. Criei a sopa escolar, em que o estado foi obrigado a dar uma sopa escolar e um almoço” (CPDOC). Assim, em 1942, sob o clima da II Guerra Mundial, D. Alzira – filha do Presidente Getúlio Vargas e esposa do então interventor Amaral Peixoto – convoca professores e diretores de escolas para participarem da criação da LBA fluminense. Essa entidade, em consonância com as ações da LBA nacional – criada por D. Darci Vargas, pela primeira dama do país e mãe de Alzira – deveria atender as famílias dos pracinhas que atuaram na FEB. O nome de Violeta é indicado para representar a Escola Industrial Henrique Lage, como afirma D. Violeta Campofiorito em entrevista ao CPDOC:

[...] quando o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália, em 1942, a Legião Brasileira foi criada. Dona Alzira era esposa do interventor Amaral Peixoto e nós todos, diretores e professores de projeção, fomos chamados para uma reunião. Aí, eu conheci dona Alzira e comecei a ficar muito amiga dela. A LBA Fluminense foi criada com esse grupo de diretores de escola, todos ao lado de dona Alzira, e senhoras da sociedade. Dona Darci já tinha criado a LBA no Rio de Janeiro³.

Para qualificar a atuação dos voluntários, a LBA organizou cursos de: Noções de Enfermagem; Defesa Civil, Nutrição e de Visitadoras Sociais. Para este último, exclusivamente feminino, foram convidadas professoras primárias da capital e do interior do Estado do Rio de Janeiro. Violeta e muitas mulheres oriundas de cidades do interior do antigo estado do Rio de Janeiro participam da primeira turma do curso de visitadoras sociais da LBA Fluminense.

A propósito dessa campanha que vem sendo recebida com simpatia pela mulher fluminense, ouvimos, ontem, na sede da Legião, a professora Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, elemento de destaque no nosso magistério e monitora chefe das visitadoras sociais de Niterói. Assim nos falou aquela distinta legionária do setor de educação popular: O espírito de sacrifício e obrigação das visitadoras sociais representado por um trabalho árduo e desinteressado demonstra uma compreensão nítida e inteligente da solidariedade humana, útil e apreciada em todos os tempos, mas principalmente numa época de emergência como a atual. (O Estado, 1945 apud COSTA, S. G., 1995, p. 42).

O florescimento da ciência como valor social na sociedade brasileira do século XX estabelece um novo padrão de maternidade. As mulheres serão responsáveis pela saúde dos filhos, pelos cuidados com a família, pela redução

3 GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. Violeta Campofiorito (depoimento, 2001). Rio de Janeiro.

da mortalidade infantil, no espaço doméstico e no espaço público. A maternidade transforma-se em profissão feminina e confere às mulheres um novo status social.

Ao tecer o sistema de proteção social como “missão/tarefa” feminina, mulheres abriram caminhos para seu ingresso no mundo público. Ainda no século XIX, o magistério primário se institui e abre crescente espaço para a participação feminina. As ações no campo da filantropia e da assistência social prosperam, mas se desdobram em várias iniciativas da primeira metade do século XX, movendo mulheres em direção a novos lugares e novos papéis. O discurso social desse tempo, ao reafirmar a maternidade como o principal papel social feminino e ao situá-la como um dever patriótico, conferiu às mulheres autoridade para exercerem no mundo público o que lhes fora outorgado no mundo privado quanto à administração da casa, dos filhos e da família: as intervenções femininas na vida urbana inscrevem-se ordinariamente no prolongamento de sua função familiar. Nas experiências de homens e mulheres, tarefas ligadas ao ato de cuidar implicam responsabilidades e compromissos que adquirem diferentes configurações. Nesse sentido, o pensamento maternalista da época serve à formatação de modelos interventivos voltados para as práticas referidas aos cuidados, naturalizados como próprios do universo feminino.⁴ A experiência do mundo privado se estende ao mundo público, no campo das ações sociais.

A noção de “mãe” se traduz pelos deveres socialmente definidos, não só em relação a seus filhos, mas também diante de toda a humanidade. Esta noção concede às mulheres status e visibilidade. Torna-as figuras centrais na montagem dos sistemas de proteção social em diversos países, seja como beneficiárias das políticas de proteção social, seja como trabalhadoras deste campo que avança e que as aproxima de lutas por direitos de cidadania. Nessa conjunção, porém, verifica-se o paradoxo observado por Scott (2002): as mulheres vão se apropriar do discurso da diferença sexual que historicamente as excluía da vida pública para reivindicarem sua inserção nas lutas por direitos. Nesse sentido, recorrem ao valor civilizatório da maternidade e afirmam-se nele para também definir aptidões necessárias ao exercício de determinadas funções sociais emergentes, que atuam na consolidação da sua cidadania.

Os maternalismos aparecem como ideais de reafirmação de valores considerados próprios ao exercício da “boa” maternidade. Por séculos, intensa-

4 Segundo BOCK (1994), o discurso maternalista do início do séc. XX rompe com a tradicional dicotomia entre as esferas públicas e privadas ao tratar a maternidade como uma função social e não apenas como uma função familiar. O reconhecimento da cidadania feminina vai se dar, “não apesar de, mas por serem mães”, exaltando a maternidade como um dos fundamentos dos direitos e deveres das mulheres, ora privilegiando o seu acesso às profissões, que são uma expressão da ‘maternidade social’, entre as quais destacamos o serviço social, ora apontando para a necessidade de políticas direcionadas à proteção da maternidade e da infância. O maternalismo constrói uma identidade feminina no campo da proteção social.

mente idealizada, a noção de maternidade se associa ao ideário cristão, assentado nas virtudes de Maria. Mas, estes valores também serão constituintes de lutas e movimentos sociais por direitos. Englobam ainda códigos de conduta que disciplinam seguidos deslocamentos femininos em direção ao mundo político. Os maternalismos são identificáveis em discursos e práticas sociais e como tais se modificam à medida que avança a percepção de diferenças em relação aos homens. Isto, no Ocidente, aparece com nitidez no século XVIII, nas lutas de feministas francesas por igualdade em relação aos homens sob a revolução (SCOTT, 2002).

As mulheres experimentam mudanças e reveem conceitos que tinham sobre o mundo e sobre si mesmas; redefinem seus significados. A mulher será, cada vez mais, reconhecida e agrupada como um ser “dotado de certas qualidades, que poderia regenerar a sociedade, através de campanhas pela ‘evangelização da paz e da caridade [...] sendo que imprescindível era a tarefa das feministas para a formação dessa nova mulher e, conseqüentemente, dessa nova sociedade” (VIEIRA, 2001, p. 118). A maternidade conferia-lhes o “capital feminino” necessário ao exercício de certas tarefas vinculadas aos cuidados com vista à formação de cidadãos da nação.⁵ Mulheres, sobretudo dos segmentos sociais médios, foram então chamadas a “sair” dos seus lares para exercerem a “maternidade social”. Ao ingressarem no campo da proteção social, as mulheres aceitaram o desafio e reinventaram-se, abriram novos espaços de atuação profissional e criaram novas formas de ingresso do feminino na esfera política:

As mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder. Aí encontraram os rudimentos de uma cultura, matriz de uma consciência de gênero. Tentaram também ‘sair’ daí para terem ‘finalmente lugar em toda parte. Sair fisicamente, deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos – um café, um comício – viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado. (PERROT, 1994, p. 503)

Diante da necessidade de treinar as mulheres para o exercício desta nova maternidade na montagem da rede de proteção social, será também necessário buscar o capital educacional para o exercício dessas atividades. Os cursos de Visitadoras Sanitárias e Visitadoras Sociais no Brasil oferecem um bom estudo de caso⁶. Eles emergem por iniciativa do Estado, pretendendo capacitar, de forma

5 Sobre o conceito de capital feminino ver LEFAUCHEUR (1995).

6 O uso do termo no plural sinaliza a existência de diferentes cursos que sob a nomenclatura de “visitadoras” vão capacitar as mulheres para atuarem em diversas áreas. Entre eles destacamos o curso de Visitadoras Sanitárias, vinculado a ações de saúde, e o curso de Visitadoras Sociais, voltado para a atuação junto a obras e instituições de assistência social.

rápida, a mão de obra feminina para atuar na Saúde e na Assistência Social. Educadoras ou “visitadoras” sanitárias⁷ tinham por objetivo difundir conhecimentos teóricos e práticos de higiene, numa clara aliança entre médicos e mulheres⁸.

As ações de voluntariado e filantropia movem-se em direção a novos lugares e novos papéis. E isso significa um ganho na história das mulheres brasileiras: elas, agora, exercitam a maternidade social e com isso irão associar-se a lutas no campo dos direitos sociais. Tudo indica que as origens do curso de visitadoras sociais promovido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) atendem também a esse ainda invisível desígnio. Tais atividades estão relacionadas à prática educativa desempenhada por mulheres nos seus espaços cotidianos.

Ao falar sobre o perfil das “alunas” do primeiro curso de Visitadoras Sociais na capital fluminense, D. Violeta afirma: “Tinha de tudo, quer dizer, de todos os níveis. Tinha gente até de primário, porque não era obrigatório o título de grau de conhecimento. Eram pessoas de boa vontade, por isso era voluntariado”. (GAMA, 2001, p.9) Esse primeiro grupo de visitadoras sociais é caracterizado, deste ponto de vista, por um voluntariado feminino e por uma ação voltada para o campo da filantropia. São práticas similares àquelas vivenciadas em muitos tempos e lugares por muitas filantropas e que produzem novos deslocamentos de mulheres no plano político, modificando a percepção que elas tinham do mundo e de si mesmas e redefinindo seus significados.

A entrevista de D. Violeta, concedida ao CPDOC, em 2002, situa a natureza desses “encontros com a dor do outro” (LAQUEUR, 1992) no projeto inicial desenvolvido pela LBA, em associação com os primeiros passos para a fundação da Escola de Serviço Social:

A LBA fazia muito trabalho social, precisando desse grupo de pessoas que foi alertado para o bem estar social, fazendo serviço social voluntário. Niterói tem muitos morros, muitas favelas e um grande número de pracinhas foi para a guerra. E os pracinhas foram todos das regiões mais pobres de Niterói, do Estado do Rio, onde também estávamos. Eu ficava mais em Niterói, mas muitas eram de outros municípios. Então, essas pessoas foram chamadas pela LBA, como um voluntariado, recebendo pró-labore para ajudar no trabalho de assistência aos pracinhas. Eu, por exemplo, subi morros para levar cartas para a família dos pracinhas: eu e **todas as minhas colegas voluntárias**. (grifos meus). Estou falando não do tempo de formação, mas do tempo em que era voluntária.⁹

7 Segundo FARIA (2006), as nomenclaturas *educadoras* e *visitadoras sanitárias* estão corretas e são equivalentes. Todavia, neste trabalho, o uso do termo *visitadoras sanitárias* admite uma analogia com a experiência de formação de *visitadoras sociais* no antigo Estado do Rio de Janeiro.

8 A ação das *visitadoras sociais* foi descrito nas obras: KROPF (2009) e VIEIRA (2013)

9 GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. *Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)*. Rio de Janeiro, CPDOC/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2002.p.9

Assim, o contato de D. Violeta com a rede de proteção social na capital fluminense possibilitou-lhe outra inserção na esfera pública, como chefe do Serviço Social das obras sociais da LBA, nomeada por Dona Alzira Vargas.

Eu comecei a trabalhar com as obras sociais e a levantar fundos; tudo isso ao lado dela (D. Alzira Vargas) [...]. Eram várias promoções para beneficiar as obras. Primeiro, a gente orientava tecnicamente a obra para ter o seu estatuto. Eu fiquei formada em estatuto; fiz estatuto para tudo quanto foi obra social, porque elas se governavam voluntariamente, com uma certa desorganização. Então, eu fazia reuniões com as chefes para fazer o intercâmbio entre as obras; quem tinha mais conhecimento passava para a outra. Essas coisas de direção, como fazer requerimento, nas obras não se tinha muito conhecimento. No grupo legionário onde eu era a chefe, a gente ia a cada obra fazer reunião com elas e daí surgiu a ideia de uma feira de comunidade [...] (CPDOC, 2002).

Acompanhando a trajetória de Violeta Campofiorito, vê-se que ela se consagrou no espaço político e que suas ações vinculam mulheres a ações filantrópicas e voluntárias. Ao diferenciar-se da caridade, a filantropia deslocou seu foco da gratificação espiritual para a ação social, conferindo-lhe papel estratégico na construção da nação moderna. “Herdeira da caridade, representando no Brasil uma ação historicamente vinculada à fé católica, a filantropia representou também o trabalho permitido às mulheres”. (FREIRE, 2006, p. 101). Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidades e, também, com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração. Elas também compõem um dado social imaginário sobre papéis femininos fixados numa dada noção de divisão sexual do trabalho, ou seja, reafirmando a destinação das mulheres à prática dos cuidados. Isso define a divisão sexual do trabalho e se expressa em circunstâncias várias do cotidiano, as mais banais, observáveis em continuidades da história do tempo presente.

O ingresso no mundo público subverte a ordem estabelecida e exige outras escolhas no universo privado. Casada desde 1929 com o comandante da marinha mercante Eduardo Arnoud Saldanha da Gama, com quem teve duas filhas, D. Violeta, num dos raros momentos em que fala de sua vida privada, afirma: “ele (o marido) não gostava que mulher trabalhasse fora, mas eu tinha que trabalhar, porque era tudo difícil naquela época. Então, eu trabalhava mesmo” (CPDOC, 2002). Ao se inserir no espaço público, D. Violeta enfrenta dilemas próprios ao universo feminino e presentes em diferentes classes sociais, num conhecido ciclo feminino dos cuidados:

Para uma mulher trabalhar fora era muito difícil, mas, como eu disse a vocês, minha mãe não trabalhava fora e eu morei sempre com ela ou perto dela. Ela foi um baluarte enquanto viveu. E minha irmã Estela, professora de piano de quase todos os colégios de Niterói, era casada, mas não tinha filhos. Minhas filhas eram

filhas dela, porque ficavam mais tempo com ela do que comigo. Então morávamos todos perto da casa que papai construiu na Rua Mem de Sá, 24, depois de muitos anos, aqui e lá. Morávamos todos perto, estávamos sempre muito unidos e realmente a minha irmã Estela me ajudou demais; e a minha mãe também (CPDOC, 2002).

Nessa primeira fase, Violeta personificou em seus atos e modos de traduzir ações no campo da proteção social. Fez isso em continuidade a tradições pertinentes ao exercício da filantropia, enunciada como tarefa adequada às mulheres. Como sinaliza Perrot, “a filantropia constituiu para as mulheres uma experiência não negligenciável, que modificou a sua percepção do mundo, a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública”(PERROT, 1994, p. 504). Ao garantir visibilidade e respeitabilidade pessoais por suas ações filantrópicas, as mulheres se veem deslocadas para outras arenas políticas. Após sua atuação em ações filantrópicas da LBA, Violeta participa ao lado do Dr. Adelmo Mendonça (Secretário de Saúde), de Rubens Falcão (Secretário de Educação), de Maria Isolina Pinheiro (Assistente Social responsável pelo curso de Visitadoras sociais na unidade criada no Estado do Rio de Janeiro) e da Professora Maria Pereira das Neves (diretora da Escola Profissional Aurelino Leal) da comissão presidida por D. Alzira Vargas para estudar a fundação de uma Escola de Serviço Social na capital do Antigo Estado do Rio de Janeiro.

Se, inicialmente, a constituição da assistência social se fazia vinculada a práticas caritativas e filantrópicas – das quais é exemplar a atuação da primeira turma de visitadoras sociais formadas pela LBA –, sua institucionalização como política de Estado vai apontar para a necessidade de profissionalização dessas mulheres como agentes oficiais da proteção social sob a égide do Estado, situando a necessidade:

[...] pois, de profissionais, tecnicamente preparados, para atender às suas programações e com destinação de tempo diário para o desempenho de suas funções, uma vez que os leigos se dedicavam à prestação de assistência social dentro dos limites de suas disponibilidades pessoais (GOMES, 1994.p.130).

A trajetória de Violeta Campofiorito é exemplar neste momento de transição da montagem do sistema de proteção social brasileiro, sobretudo, pela formação e ampliação do voluntariado feminino para a profissionalização das práticas assistenciais preexistentes. Práticas filantrópico-voluntárias ganham continuidade num campo de ação tendencialmente feminino, atualizando antigas tradições, ainda definidas como uma profissão de mulheres, mas agora em estreitos vínculos com o Estado, alinhados com o trabalhismo de Vargas.

Para atender à necessidade de formação profissional de mulheres para

atuar na rede de proteção social, a LBA inaugura, no dia 23 de agosto de 1945, no casarão da Rua Tiradentes, 148, no Inglá, em Niterói, a então feminina Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro (ESSERJ).¹⁰ No início de sua vida institucional ela era considerada uma obra social da LBA e estava plenamente voltada para os seus programas assistenciais.¹¹

A experiência de criação desta escola, diferentemente do que apontam análises de cunho generalizante, não surge vinculada a nenhuma ação religiosa; ainda que inspirada no modelo paulista, ela se volta para o processo de montagem da rede de proteção social do estado do Rio de Janeiro, sendo necessário dotar essas mulheres de ferramentas *científicas* para lidar com a pobreza.

A ausência de assistentes sociais graduadas para atuar na LBA e nas obras sociais da capital e do interior do estado e a longa duração do curso de serviço social (03 anos) fizeram as autoridades optarem pela criação de cursos de “visitadoras sociais”, anexo à Escola de Serviço Social. Com duração de dois anos e requisitos menos exigentes de formação, o curso ofereceria experiência teórica e prática às “novas” visitadoras sociais.¹²

A carência em nosso meio, de pessoas especialmente preparadas e as exigências urgentes, cada vez mais prementes, de trabalhadores sociais, fizeram com que se cogitasse também a criação de um curso que viesse resolver a situação do momento. Assim, teve origem o curso de visitadoras sociais, anexo à escola de Serviço Social e com a finalidade de proporcionar conhecimentos técnicos básicos a moças que estavam prestando ou viriam trazer seu concurso às atividades da Legião Brasileira de Assistência e de outras obras (ARAÚJO, 1947, p.6).

Ao final do curso teórico, as alunas deveriam ser encaminhadas para o estágio, mas a carência de mão de obra obrigou a ESS a inseri-las nas atividades das obras sociais da LBA (CALAZANS, 1946). O papel de destaque desempenhado pelo Estado e pela LBA na criação da ESS de Niterói não pode ser

10 A Escola de Serviço Social de Niterói (ESSERJ) foi criada pelo decreto nº 1.397 do governo do Estado do Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1945. Subordinada ao Conselho Estadual de Serviço social, era mantida pelo Estado, com verbas distribuídas em quotas iguais. Em 20 de setembro de 1946 a Escola passou a ter, dentro das diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho Estadual de Serviço Social, autonomia administrativa, funcionando sob a direção de um Conselho de administração. São membros natos no referido conselho: Um representante do Conselho estadual do serviço Social - presidente, um representante da Legião Brasileira de Assistência e diretora da Escola e um representante do corpo docente eleito pelos próprios professores da escola.

11 Em 1946 a LBA transferiu para a Escola de Serviço Social o acompanhamento dos casos que não estivessem consoantes com a assistência materno-infantil, os quais foram denominados “casos dolorosos”(Gomes, 1994).

12 Para atender a demanda por mão-de-obra além do curso de Visitadoras sociais, a ESSN também realizou diversos cursos de Auxiliar de Serviço Social, com duração de três meses. Com o intuito de atender a necessidade imperiosa de preparar pessoal habilitado para atuar no interior do Estado, entre 1952/1953 a ESS e a Escola de Enfermagem realizaram, na cidade de Petrópolis, o curso de Auxiliar sanitário social. Para a realização deste curso foi assinado um convênio entre D. Violeta e o secretário de saúde e assistência, Dr. Adelmo Mendonça, o qual se responsabilizou pelos custos de passagem e pagamento das professoras. O certificado do curso era fornecido pela Secretária de Saúde e Assistência. Acervo NDC/UFF fundo ESSERJ (pasta 04-23)

analisado sem levar em conta a experiência pessoal de D. Violeta, a qual se entrelaça com a gênese da Escola. A frente das obras sociais da LBA na região fluminense, na década de 40, a figura política de D. Violeta confundia-se com a série de iniciativas assistenciais que levaram à criação da ESSERJ, num momento de novas práticas sociais sob o signo do primeiro e segundo governo Amaral Peixoto.

Diferentemente do que apontam as referências historiográficas presentes no meio profissional, construídas a partir do exame das escolas paulistas e cariocas, na ESS de Niterói não encontramos uma relação umbilical entre a criação da Escola de Serviço Social e a Igreja Católica, mas sim uma presença determinante da máquina pública e de setores da sociedade civil. Todavia, a influência da igreja vai estar presente, através da escolha da Escola de Serviço Social da PUC/SP vinculada ao CEAS (Centro de Estudo e Ação Social) para organizar a ESS de Niterói.

Outra particularidade da ESS de Niterói, e que suscitam a necessidade de novas revisões historiográficas a partir de análises biográficas, é o fato de que as pioneiras do serviço social fluminense não saíram das classes com maior poder aquisitivo e *status* social da região, como aponta de forma generalizante a nossa bibliografia profissional, mas foram arrematadas no curso de “visitadoras” e no meio do funcionalismo público, principalmente nas professoras primárias do interior do Estado.¹³ “A LBA e o Estado concederam bolsas de estudo; aquela instituição para suas funcionárias e, este último, para professoras primárias com exercício no interior do Estado do Rio de Janeiro” (GOMES, 1994:135).

A noção de que as primeiras assistentes sociais tinham sua origem nas elites brasileiras sinaliza a ausência de pesquisas regionais, como modo de reduzir a escala de observação e romper com generalizações presentes nessa historiografia: “Os fenômenos previamente considerados como bastante descritos e compreendidos assumem significados completamente novos, quando se altera a escala de observação” (BURKE, 1992, p. 141). As experiências cotidianas vivenciadas por essas mulheres que vão compor a primeira geração de assistentes sociais fluminenses continuam sob muitas invisibilidades nas abordagens históricas do Serviço Social, como que “apagando” contribuições de diversas experiências laicas – sobretudo femininas – que atuaram na montagem e aperfeiçoamento dos sistemas públicos e privados de proteção social.

○ ingresso na ESSN constrói novos valores e símbolos, que vão compor uma cultura feminina no interior das relações sociais, trazendo rupturas e continuidades

13 No seu primeiro ano de funcionamento, a Escola de Serviço Social de Niterói contava com 143 alunas matriculadas.

na trajetória das mulheres, entre o mundo público e o mundo privado. Trata-se de uma escola criada por mulheres e que foi gerenciada, em grande parte, por estas mãos. Mulheres de Niterói, mulheres do interior do Estado que saíam de seus cotidianos e adentravam o mundo público na tentativa, nas palavras de uma de suas primeiras alunas, de ‘dar uma melhor formação técnica às visitadoras sociais’ que já atuavam com dedicação e certa eficiência (FREITAS, 2009).

Corrêa (2006), ao abordar as questões referentes ao atendimento à infância na década de 30, afirma que “A figura da mãe vai se desdobrar na de professora primária e na da assistente social” (p.86). Tais atividades relacionam-se, portanto, com a prática educativa desempenhada pelas mulheres nos seus espaços cotidianos e podem suscitar indagações quanto à escolha das professoras primárias como sujeitos privilegiados para a execução das atividades desenvolvidas pelo serviço social nos idos dos anos 40.

Ao consolidar o campo assistencial como um espaço privilegiado da mulher fluminense, a ESSERJ não se configurou como um espaço especificamente feminino, mas como um espaço de relação entre os sexos. Assim, a criação da escola vai se dar sob os aplausos masculinos que apontam o “consentimento e a aceitação” dessa prática social, concomitantemente o contato das alunas com as ações desenvolvidas pela escola nas áreas da saúde, do trabalho, previdência, família etc. vão possibilitar o desenvolvimento de diversas atividades com diferentes profissionais homens e mulheres que atuam no campo social, estabelecendo-se enquanto um espaço de relações de gênero.

Ao mesmo tempo em que a ESSERJ se constitui enquanto espaço de formação profissional e no campo de possibilidades, onde essas jovens, principalmente as oriundas do interior do Estado do Rio de Janeiro, vão buscar construir suas trajetórias profissionais nas instituições estatais, particulares ou nas empresas industriais, também apresentava-se como uma extensão do espaço privado, já que existia por parte da direção da Escola um controle da vida privada das alunas, com a Diretora da instituição, a Sr.^a Yolanda Maciel¹⁴, residindo na mesma pensão onde moravam as alunas oriundas do interior. Costa (1995) sinaliza que as alunas ficavam,

[...] sob a responsabilidade da direção, e suas saídas eram cuidadosamente controladas por uma intensa troca de bilhetes, cartas e ofícios com familiares das alunas. Há correspondência enviada com esse fim para Campos, Cantagalo, Três Rios, Petrópolis, Itaperuna, Bom Jesus de Itabapoana, Carmo, Cidade do Rio de Janeiro, Vassouras, Paraíba do Sul e Friburgo (p.49).

14 Para a implantação da Escola de Serviço Social a LBA recorreu ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, contratando, por indicação do CEAS, a assistente social Yolanda Maciel e duas monitoras: Petra Maria Calazans e Heloísa Marcondes Faria. Em 1951 Yolanda afastou-se da Escola.

Assim, embora o fornecimento de bolsas de estudo tenha se constituído numa estratégia do governo para capacitar moças que atuavam no atendimento à pobreza no interior do Estado, “a quase totalidade das professoras portadoras de bolsas de estudo não retornou para as cidades de onde vieram, permanecendo na capital fluminense; algumas, como Arlete Braga, Nilda Ney e Violeta Campofiorito assumem a docência na própria escola em que se tornaram assistentes sociais.” (GOMES, 1995:136).

É possível localizar na trajetória de Violeta Campofiorito experiências que potencialmente mudariam conceitos sobre o mundo social e a pobreza. Os deslocamentos femininos para o espaço público, nessa experiência, parecem conter os germens de um novo estado de consciência sobre o alcance das iniciativas filantrópicas. Como nos diz Violeta, “Quando eu estava como voluntária, eu não estava fazendo o trabalho sério de Serviço Social, que eu aprendi depois de 03 anos na escola de serviço social” (CPDOC, 2002). Aí se esboçam questões sociais que exigem a resignificação das obrigações e funções de proteção social do Estado brasileiro.

Acredito que o encontro de D. Violeta e de tantas outras mulheres das classes médias com as zonas de miséria tenha lhes causado um choque a partir da descoberta de um “outro mundo”, estabelecendo uma tensão entre a gravidade dos problemas sociais observados na região e a fragilidade das ações assistenciais. “Coube-lhes estudar e transmitir a gravidade dessas condições de vida, indicar ações imediatas de proteção social e avaliar as possibilidades de mitigar sofrimentos observados” (COSTA, 1995:30).

Tem-se como certo que a criação da Escola de Serviço Social de Niterói pela LBA sugere novos deslocamentos femininos quando se dedica a ampliar o campo de conhecimentos para o exercício da assistência social. Este curso opera com a crescente conjugação de iniciativas que associa ações filantrópicas e públicas em ações incipientes diante do quadro social examinado; e isso parece não bastar. Há por ampliar as pesquisas a esse respeito. Exigências de reformas curriculares estarão em pauta. Há ações desenvolvidas sob a gestão de Violeta Campofiorito Saldanha da Gama à frente da ESSN com esse sentido por examinar.

Um novo tempo na Escola de Serviço Social

Você,

Está preocupado com os problemas sociais de Hoje?

Acredita ser necessária uma Mudança Social?

Deseja ser um dos líderes dessa mudança?

Venha...

Estudá-los cientificamente, firmar convicções, prepare-se para essa profissão.

No curso de Serviço Social.

(Folder da ESSN. S/d - Fundo ESSERJ. Acervo do NDC/UFF)

Em sua trajetória, Violeta redefine parâmetros e aponta rupturas, que se processam e que atuam na formação do maternalismo científico por conhecer. Trata-se de um padrão que avança e conforma diferentes gerações de mulheres. Elas vão interagir no espaço da Escola: o dilema entre a filantropia e o público na montagem da rede de proteção social será mais bem evidenciado nas biografias a serem estudadas e fontes documentais dessas épocas, sobretudo através da produção intelectual dessa unidade em Trabalhos de Conclusão de Curso desses tempos. Reexaminando a história do Serviço Social, verificamos que só muito recentemente tem tratado dos maternalismos que lhe são inerentes.

Mas ainda há muitos eventos a observar, daí, os tempos curtos, as conjunturas, portanto; mas também há manifestações no tempo longo – não perceptíveis – forjadas, em “estruturas” submersas, entrelaçadas ou não a esses mesmos eventos, redefinidas ou não; elas estão na história dos maternalismos por conhecer. Assim, cabe rever conceitos colhidos em fontes históricas disponíveis, mas em novos modos de fazer pesquisa histórica. Há que repensar biografias e os modos de lê-las, bem como associar esse esforço a novas fontes históricas, documentais e orais.

Em 1948, D. Violeta – então chefe do setor de obras sociais da LBA e, portanto, responsável pelos pagamentos da ESSERJ, ingressa nesta unidade de ensino como aluna. Aluna participante em diversas ações desenvolvidas pela ESSN, o nome de Violeta é encontrado em diversas vezes no livro de ofícios da ESSN. Em 1950, antes mesmo de terminar o curso de Serviço Social, Violeta é nomeada pela diretora da escola, D. Yolanda Maciel, para lecionar Serviço Social do Menor. Em 1952 Violeta Campofiorito é nomeada diretora da ESS de Niterói por D. Alzira Vargas. Sob seu comando, a Escola deixou de ser feminina e tornou-se mista e, em 1954, foi oficializada e passou a ser integralmente mantida pelo Estado. Em 1956 foi reconhecida como ins-

tituição de nível superior, criando-se o sistema de vestibular para ingresso e o curso noturno para atender aos estudantes trabalhadores, além da criação, em 1959, do Diretório Acadêmico Maria Kiehl. (DAMK).

No ato em que fui nomeada, fiz uma revolução na Escola! Comecei deixando entrar homem: abri facilidades para o time masculino. Eu tenho exemplos de excelentes assistentes sociais homens que se formaram pela Escola. Depois, abri três turnos, porque as pessoas que trabalhavam de manhã não podiam estudar à noite, e a Escola funcionava de manhã. Então eu abri uma turma de manhã e uma à noite, e também tinham algumas aulas que eram dadas à tarde. Foi uma beleza, porque muita gente pôde estudar (CPDOC, 2002).

Durante o período em que estive à frente da ESSN, Violeta atuou na montagem da rede de proteção social no antigo estado do Rio de Janeiro. Em 1955, foram criados três grandes programas na ESSN: O COSAM¹⁵ (Conselho de Obras e Serviços de Assistência ao Menor) que “se propunha a estudar, pesquisar e debater os problemas que afetam o menor, na obra social, na família, nas ruas, nas escolas, e/ou no trabalho” (GAMA, 1995, p. 32), o CRACEF (Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense) e o FARIS¹⁶ (Fundação de Assistência, Recuperação e Integração Social – Albergues Sociais). Sediados no espaço da Escola de Serviço Social de Niterói, esses programas de ação social serviam de campo de estágio. Há uma vasta produção de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) que descrevem essas experiências inaugurais. Eles são produzidos por suas alunas sob a supervisão docente e expressam essas orientações em trabalhos das décadas de 40, 50 e 60 do século XX.

Em geral, os TCC's refletem um aprendizado sobre questões sociais das mais variadas e narram condutas de assistentes sociais atuantes na conformação de práticas profissionais que aparecem, inicialmente, como sistematizações de práticas filantrópicas. Em seguida, entre fins dos anos 50 e início dos 60, é crescente a presença de áreas de conhecimento vinculadas às ciências sociais, notando-se autores brasileiros, europeus e norte-americanos nessa

15 Inicialmente, o COSAM funcionou no prédio da ESSN, depois, foi transferido para o prédio da R. General Osório 59, São Domingos, cedido pelo governo do estado. Em 1960, o então governador, Roberto Silveira, solicitou ao COSAM “um plano moderno e eficiente” para o Instituto de Menores de Bom Jesus do Itabapoana. Como resultado do trabalho, Violeta recebeu na Câmara de Bom Jesus o Título de Cidadã Honorária. O COSAM funcionou até 1968, quando foi incorporado pela FUNABEM.

16 “A necessidade da existência, em Niterói, de um albergue social foi discutida na Escola de Serviço Social em várias reuniões das quais participamos pessoalmente, ao lado de lideranças do comércio, Clube de Diretores Lojistas, dirigentes da Associação Comercial, representantes de bancos e muitas pessoas interessadas no assunto. O governo doou um terreno na Av. Jansen de Mello. Foi organizada uma objetiva campanha para arrecadar fundos para a manutenção e elaborada, por um voluntário, uma planta, muito elogiada, para a construção do primeiro Albergue, no centro de Niterói. Foram feitos e registrados os estatutos, foi formada uma diretoria e lançada a pedra fundamental, com muita repercussão jornalística. O processo de doação tramitava na Assembleia Legislativa e foi vetado, por incrível que pareça” (GAMA,1995:37)

formação acadêmica. Ainda que fortemente marcada por ações filantrópicas ou de caráter religioso, essa unidade conheceu aproximações com o pensamento crítico que avança nas universidades brasileiras e que irá conformar parcelas do movimento de reconceituação que se disseminará por todo o país. É importante também destacar os programas e projetos alinhados às políticas regionais e locais, situando relações de poder que estarão conformando o sistema de proteção social do antigo Estado do Rio de Janeiro.

Os anos 1960 marcaram para o mundo um período de profundas mudanças culturais e sociais. No Brasil, tal década inicia marcada pela abertura política e por demandas sociais postas pelo crescente processo de urbanização. Sob o comando de D. Violeta Campofiorito Saldanha da Gama, a ESSN vivenciará essa efervescência política e cultural.

Para Sirinelli (1996), a história dos intelectuais se insere no campo da história política, quando trata do engajamento destes nas questões de seu tempo. O engajamento dessas mulheres que vão compor a primeira geração da ESSN a partir de 1945 no âmbito da construção das políticas públicas fluminenses será desdobrado na geração seguinte por jovens participantes dos movimentos sociais de esquerda. O movimento estudantil traz essas mulheres para o espaço explícito da política, dando-lhes uma nova visibilidade social.

Em sua tese de doutorado, Leila Maria Alonso Gomes, identifica D. Violeta como uma mulher firme em suas posições, mas que procurava caminhos sem impactos para atingir seus objetivos: “O seu relacionamento político e a sua habilidade política deram uma dimensão diferenciada ao encaminhamento da Escola de Niterói” (GOMES, 1994, p. 122). Tais características foram confirmadas no depoimento da professora Suely Gomes Costa, aluna da escola, no período em que D. Violeta a dirigiu. “Pelo menos nessa escola eu não tive cerceamento de liberdade, quando nela estudei.”

O contato das alunas de Serviço Social com as ideias que circulavam na sociedade brasileira traz mudanças para a formação acadêmica, possibilitando a renovação dos signos sociais das culturas profissionais em geral e, também, das mulheres assistentes sociais dessa região. Assim, enquanto o corpo discente travava contato com o campo intelectual das esquerdas de Cuba, da China e da URSS, fosse através de correspondências, artigos de jornais de outros centros acadêmicos e intercâmbios e participação em diversos conclave estudantis, D. Violeta participava de cursos e capacitações em países como França e EUA, diversificando os debates intelectuais dessa Escola.

Nesse período, várias correntes de pensamento da esquerda, organizadas em frentes únicas, vão adentrar a Escola de Serviço Social de Niterói, sem-

pre através do movimento estudantil, abrindo fortes questionamentos quanto à aquisição de novos conhecimentos no quadro de formação profissional. É marcante a crescente presença de mulheres na arena dos movimentos políticos e sociais. Em 1962, foi fundado o CPC-Niterói, o qual contou com uma intensa participação dos membros do DAMK. Na formação de seus quadros encontrava-se Suely Gomes Costa (ex-presidente do DAMK e primeira presidente do CPC-Niterói).

A geração que ingressou na ESSN em 1945 foi influenciada pelas ideias humanitárias advindas das Encíclicas e da Ação Católica, principalmente através do corpo docente vindo de São Paulo. A segunda geração, ao ingressar nos anos 1960, vive um ambiente de forte ebulição social e, principalmente através do movimento estudantil, constrói uma crescente aproximação com os ideários das esquerdas, parte delas advindas do catolicismo através da Teologia da Libertação, que impulsionaram os movimentos estudantis da esquerda católica (JUC e AP, dentre outras) em aproximações com o pensamento marxista, numa intensa militância política, como aponto na minha dissertação de mestrado.

Essas duas gerações de assistentes sociais vão interagir na ambiência cultural da ESSN, como docentes e discentes. Esse clima que faz rupturas conserva continuidades. Diante desse quadro, D. Violeta se apresenta como mediador de muitas tensões. Ela parece oferecer elos vivos entre gerações, transmitindo a história de um passado vivido e experimentado, onde o ingresso na Escola, as festas ao redor do piano na antiga sede da Escola na Rua Tiradentes e as reuniões no DAMK na década de 1960 compõe essa rede de sociabilidades, onde se descortinam experiências cotidianas e invisíveis de práticas e representações sociais antigas e novas; onde a unidade de ensino revela-se um lugar de observação dos termos em que um novo conceito de maternalismo se forja.

O discurso em que o pobre é visto como incapaz e a assistente social, por seus ideais, possui a tarefa de “cuidar/ educar”, dando continuidade a significados sociais construídos na origem do serviço social, muitos deles vinculados ao maternalismo, mas que agora trazem em seu bojo o gérmen da transformação social se fazem presente nas duas gerações de assistentes sociais

Sinaliza Gribaudi (1998) “os discursos não evoluem de modo linear, mas se reatualizam a cada momento no presente e encontram seus conteúdos em função das referências e das ligações mantidas pelos locutores de um momento particular”.

Todo esse processo de ebulição social vivenciado pela geração de assistentes sociais que ingressou na ESSN em 1960 sofrerá um freio em 1964,

com o Golpe Militar. Em 1966 o DAMK é lacrado pelas forças da ditadura. No mesmo ano, D. Violeta se retira da direção, permanecendo na escola como professora até 1977.

Considerações finais

Acompanhando a trajetória de D. Violeta, percebe-se que ela se consagrou no espaço político, mas, sobretudo, por meio de um padrão de maternidade social que vincula as mulheres a ações filantrópicas e voluntárias, numa continuidade histórica. Nessa experiência, a montagem do sistema de proteção social se faz com continuidade e também com rupturas de práticas filantrópicas de longa duração, que compõem o imaginário social, os papéis femininos (prê)definidos na divisão sexual do trabalho, sempre vinculando as mulheres à prática dos cuidados. Esse movimento de “saída” das mulheres e de ingresso no mundo público também mudou. Durante o período da ditadura Vargas (1937-1945), o Estado, ao incorporar e atender demandas por serviços sociais, necessita formar e capacitar a mão de obra especializada para atuar na montagem do sistema de proteção social. A Proteção Social se constituirá em lugar de formação de mulheres intelectuais, um espaço de criação e de mudança de valores, de práticas e representações sociais muito variadas, formatadas no entrecruzar da história política e da história cultural. Abre-se para as mulheres a possibilidade da profissionalização.

Referências

- BOCK, Gisela; DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). **História das mulheres no ocidente**, v. 5, p. 185-320, 1991.
- CARVALHO, Andréa Ledig. **Buscando novos signos para o serviço social: reexaminando nossa história profissional no antigo Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. UFF, (Programa de Pós-Graduação/ Mestrado), 1998.
- CORREA, Mariza. A cidade de menores: uma utopia dos anos 30. In. FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História Social da Infância no Brasil**. – 6° ed. – São Paulo: Cortez, 2006. pp 81-100
- COSTA, Suely Gomes. **Signos em Transformação: a dialética de uma cultura profissional**. São Paulo: Côtex. 1995.

- Reinações filantrópicas no diário de Alice Dayrell Caldeira Brandt. In: SANGLARD, et al. (Org.). **Filantropos da Nação. Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DAOU, Ana Maria. **A belle époque Amazônica**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2000.
- FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 173-212, 2006.
- FREIRE, Maria M. L. **Mulheres, mães e médicos: Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). 2006, p.101
- FREITAS, Rita de Cássia Santos, et al. Construindo uma profissão. **Serviço social e sociedade 97** (2009): 57.
- GAMA, Violeta C.S. da. **Memórias: Homenagem aos 50 anos da ESN (1945-1995)** Niterói/RJ. EDUFF, 1995.
- GOMES, Leila Maria Afonso. **Assistência Social no Estado do Rio de Janeiro: significado da Escola de Serviço Social da UFF no período de 1945/1964**. Tese de Doutorado, São Paulo; PUC, Faculdade de Serviço Social, 1994, p.130
- GRIBAUDI, Maurizio. Escala, pertinência, configuração. In: REVEL, Jacques. (org). **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. RJ. Ed. FGV, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- KROPF, Simone Petraglia. LACERDA, Aline Lopes de. **Carlos Chagas: um cientista do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- LANDIM, Leilah; GIUMBELLI, Emerson. **Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1998.
- PERROT, M. Sair. In: DUBY, G. **História das mulheres no Ocidente. O século XIX**. Porto: Ed. Afrontamento/São Paulo: EBRADIL, 1994.
- SANGLARD, Gisele et al. **Filantropos da nação: Sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In. REMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. RJ. Ed. FGV. 2003. cap 8

VIEIRA, Ana Lúcia. **A colaboração lhe bate a porta.... Visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953)**. RJ. EdUERJ. 2013

VIEIRA, Claudia Andrade. Mulheres de Elite em movimento por direitos políticos. **Revista Gênero**. Niterói, v. 2, nº 1, pp. 115-130, 2 semestre 2001

Depoimentos:

GAMA, Violeta Campofiorito Saldanha da. **Violeta Campofiorito (depoimento, 2001)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

Fontes primárias:

ARAÚJO, Petra Maria Calazans. **Curso de visitadoras sociais da Escola de Serviço de Niterói**. Trabalho de Conclusão de Curso. 1947. ESSERJ.

Recebido em setembro de 2015

Aceito em outubro de 2015